

Igrejas defendem o perdão às dívidas dos países pobres

Mônica Izaguirre
de Brasília

Aglutinadas por iniciativa da Igreja Católica, sete igrejas cristãs pretendem deflagrar um grande debate sobre a legitimidade do processo de endividamento externo e a dependência do Brasil em relação ao capital estrangeiro. O ponto de partida será o simpósio "Dívida Externa: Implicações e Perspectivas", que se realiza hoje e amanhã em Brasília, sob coordenação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).

O Conic reúne, além da Católica, as igrejas Presbiteriana, Presbiteriana Unida, Luterana, Metodista, Anglicana e Ortodoxa Siriana. O movimento não chega a levantar a bandeira da moratória, defendida pelas

esquerdas nos anos 80 — antes de o Brasil conseguir renegociar com abatimento a dívida externa do setor público junto a credores privados, no âmbito

do Plano Brady. Mas é um claro posicionamento contra a política externa do governo Fernando Henrique que, para os coordenadores do movimento, é perigosa, por deixar a economia vulnerável à volatilidade dos capitais internacionais.

"Queremos fazer uma crítica ao sistema", admitiu ontem o secretário executivo do Conic, o pastor luterano Ervino Smidt, durante a apresentação do evento. Maria Soares de Camargo, representante da Pastoral Social da CNBB na organização do simpósio, confirma que o objetivo é pressionar o governo a alterar sua política, de forma a reduzir a dependência do país em relação aos capitais externos. Segundo ela, o problema não é o endividamento ou a dependência externa em si, mas sim o seu custo social.

"O endividamento dificulta o res-

gate da dívida social", diz Maria Soares. A partir das conclusões do simpósio, as igrejas tentarão popularizar o debate sobre o endividamento, levando a discussão às comunidades de base de todo País, com ajuda de movimentos populares, entre eles o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), informa a integrante da Pastoral Social. Em março, na Bahia, um encontro nacional sobre o tema fará um balanço dos resultados do movimento.

O simpósio faz parte de um movimento internacional de preparação para o ano 2000, declarado pela Igreja Católica como Ano Jubilar (ano de indulgência, perdão). O termo vem da tradição do antigo povo hebraico que, a cada 50 anos, promovia o Jubileu, ano festivo durante o qual trombetas (jobel, em hebraico)

anunciavam indulgência para devedores.

Maria Soares de Camargo lembra que, de acordo com a Bíblia, um permanente processo de empobrecimento de devedores e enriquecimento de credores é socialmente perigoso, além de moralmente injusto. Por isso, os hebreus criaram um ano regular de perdão, em que hipotecas tinham de ser devolvidas e os devedores podiam voltar às terras que lhes foram tiradas.

A Igreja Católica defende que, no Ano Jubilar de 2000, as dívidas dos países mais pobres sejam perdoadas pelos credores externos, pois, caso contrário, "a paz do mundo estará comprometida no terceiro milênio". Para tanto, um abaixo assinado está correndo o mundo pedindo o cancelamento da dívida externa de 63 países, entre os quais não se insere o Brasil. "No Brasil, a questão será tratada de maneira diferenciada", explica o pastor Ervino, referindo-se ao questionamento do atual processo de endividamento externo.

Movimento reúne sete religiões cristãs e defende maior justiça social nas relações entre os países credores e devedores